

Mantega e economistas buscam saídas para crescer

Propostas serão entregues ao ministro da Fazenda

Antonio Palocci

SABRINA LORENZI
Rio

Pelo menos uma dúzia de economistas contrários às mornas taxas de crescimento da economia mostraram ontem que é possível criar alternativas à política econômica sem medidas ditas heterodoxas e sem dar calote. Renomados especialistas de diversas entidades se encontraram ontem na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para dar início a um movimento de diversificação da política econômica. O resultado será um documento que será entregue ao ministro da Fazenda Antonio Palocci pelo presidente do banco de fomento Guido Mantega.

Eles começam a discussão com o objetivo de fazer a economia brasileira crescer com sustentabilidade, com taxas de 4,5% a 6% ao ano. O consenso seguinte trata dos investimentos, que precisam crescer. Defendem tanto juros mais baixos, como redução de gastos do governo, como maneira de viabilizar mais recursos para a infra-estrutura.

Na hora de definir como os gastos devem ser reduzidos é que os caminhos começam a se ramificar. Os extremos da discussão surgem quando o assun-

to é controle de capitais, defendido pelo professor Yoshiaki Nakano, da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) e atacado por Mantega. "A queda dos juros é o desejo de toda a nação, inclusive do presidente Lula. Vamos reunir soluções que atendam a esses anseios, baixando os juros mais rapidamente. E a proposta de déficit nominal zero é um caminho para reduzir os juros", diz Mantega.

Yoshiaki Nakano (FGV) - Defende a segmentação da Selic em duas: uma monitorada pelo Tesouro, com foco na remuneração de títulos públicos, de longo prazo. E outra taxa aplicada pelo Banco Central, com alvo na demanda, na inflação e na moeda.

Segundo ele, o Brasil adotou estratégia errada de abertura comercial, que privilegia ativos financeiros em detrimento a ativos produtivos. "Passamos a ter política macroeconômica que não mudou". É apontado pelos colegas como precursor da proposta de déficit nominal zero. "A proposta permite discutir e reformular gastos, racionalizar serviço público e segregar a taxa de juros."

José Francisco Graziano (Unicamp) - O criador do Fome Zero é a favor de mudanças na política monetária para aumentar o superávit primário. "Só não pode ser com corte de verbas

sociais, seria um retrocesso."

Antonio Barros de Castro (UFRJ) - Avalia que o crescimento de 3,5% projetado para este ano é medíocre. Enxerga saída no desenvolvimento tecnológico e na inovação. E, enquanto diretor de Planejamento do BNDES, até cogita a possibilidade de um programa do banco voltado para a inovação.

Júlio Almeida (Iedi) - "Austeridade não pode prejudicar o que o Brasil mais precisa, que é justamente investimento público em infra-estrutura", diz. O pior, segundo ele, é que o País está perdendo competitividade justamente onde a indústria é intensiva em mão-de-obra. A onda de investimentos em grandes projetos esmoreceu. "Precisamos recuperar investimentos com juros mais baixos."

Antônio Correia de Lacerda - É a favor da flexibilização das metas de inflação e contra as formulações de projeções de desempenho do PIB. "O que motiva investimento é a expectativa de crescimento da economia." Para ele, o regime de metas de inflação é importante mas não pode ser o único alvo da política econômica.

Guido Mantega - Diz que a proposta do déficit zero tem virtudes e defeitos. É a favor desde que não comprometa investimentos. "Pode reduzir custo mas não investimento e para isso deve-se fazer com corte de custeio por meio de uma mudança na política monetária. Avalia que não há problema de aquecimento da demanda."



Yoshiaki Nakano